

**Faculdade Ages
Campus Senhor do Bonfim
Licenciatura em Educação Física**

ROSANE FERREIRA LOPES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM O TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Senhor do Bonfim
2021**

ROSANE FERREIRA LOPES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM O TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Monografia apresentada no curso de graduação da Faculdade AGES como um dos pré-requisitos para obtenção do título de licenciada em Educação Física.

Orientadora: Prof. Dr.^a Larissa Oliveira Guimarães

Senhor do Bonfim
2021

ROSANE FERREIRA LOPES

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de licenciado em Educação Física à Comissão Julgadora designada pela Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso da Faculdade Ages de Senhor do Bonfim.

Senhor do Bonfim, 13 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Larissa Oliveira Guimarães
Faculdade Ages de Senhor do Bonfim

Prof^a Msc. Tamires Souto Silva
Faculdade Ages de Jacobina

AGRADECIMENTOS

Em mais uma etapa concluída agradeço:

Quero agradecer primeiramente a Deus pela minha vida, e por me ajudar a vencer todos os obstáculos encontrados ao longo do curso, e por nunca me deixar desistir dos meus objetivos.

A minha família, por estar sempre me apoiando em todos os momentos, mas quero agradecer principalmente aos meus filhos amados, Kaline e Gabriel, por me entender e sempre me apoiar nessa jornada tão difícil, por compreender minha ausência todos esses anos.

À Faculdade Ages e todo o seu corpo docente que demonstrou estar comprometido com a qualidade e excelência do ensino.

À minha querida professora orientadora Larissa, pela confiança depositada na minha proposta de projeto e pelo incentivo e dedicação do seu tempo ao meu trabalho, e por sempre estar presente para indicar a direção correta que o meu projeto deveria tomar.

À minha querida professora Andresiele que nunca mediu esforços para me ajudar e principalmente nunca desistiu de mim, acreditando que eu seria capaz de vencer, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo e formação profissional.

À minha querida professora e psicóloga Ariadne que me deu a maior força em um momento muito difícil da minha vida em que eu pensei não conseguir, sempre me aconselhou a não desistir dos meus sonhos, além de professora e psicóloga ela é uma grande amiga.

Aos amigos que de certa forma me ajudaram nessa caminhada, principalmente meu grande amigo Max Raniel que sempre deu a maior força durante todo esse tempo com seus conselhos e palavras de incentivo quando eu estava sem forças para continuar.

RESUMO

Com um número cada vez mais crescente de crianças com algum tipo de deficiência nas escolas, isso tem causado impacto nos resultados da mobilização da sociedade brasileira que procura a cada dia os seus direitos. Diante desta realidade, pretendeu-se com esta Monografia analisar e compreender as possibilidades que a inclusão escolar pode contribuir de forma eficaz para o processo de ensino e aprendizagem do aluno autista, e conceituar e analisar o significado dela no que se refere à postura pedagógica do professor de forma que garanta uma aprendizagem significativa são os principais objetivos. Para obtenção dos resultados foram analisados outros dados através da pesquisa bibliográfica buscando fundamentação em aportes teóricos como a LDB (1996), Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994), Mazzotta (1993), PCNs (1998), Melo (2007), Demo (1999), Vygotsky (1996), Valle (2017) e outros. Os resultados estão de acordo com outros estudos realizados, os desafios da inclusão dos alunos Autistas na sala de aula são evidentes, como a falta de material de apoio adequado, falta de capacitação dos professores, entre outros, por isso é de fundamental importância que os professores tenham uma formação continuada específica para o ensino de autistas e que sejam disponibilizados recursos visuais e concretos para um ensino de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Autistas. Desafios. Professor. Educação Física.

ABSTRACT

With an increasing number of children with some type of disability in schools, this has impacted the results of the mobilization of Brazilian society that seeks its rights every day. In view of this reality, it was intended with this Monograph to analyze and understand the possibilities that school inclusion can contribute effectively to the teaching and learning process of the autistic student, and to conceptualize and analyze its meaning with regard to the pedagogical posture of the teacher in a way that ensures meaningful learning are the main objectives. In order to obtain the results, other data were analyzed through bibliographic research, seeking to base ensures on theoretical contributions such as LDB (1996), Federal Constitution (1988), Salamanca Declaration (1994), Mazzota (1993), PCNs (1998), Melo (2007)), Demo (1999), Vygotsky (1996), Valle (2017) and others. The results are in line with other studies carried out, the challenges of including Autistic students in the classroom are evident, such as the lack of adequate support material, lack of teacher training, among others, so it is of fundamental importance that teachers have specific continuing education for the teaching of the autistic and that visual and concrete resources are made available for quality education.

KEYWORDS: Inclusive Education. Autistic. Challenges. Teacher.physical education

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 MARCO TEÓRICO.....	13
2.1 Aspectos da Educação Inclusiva.....	13
2.2 Autismo e a Prática Pedagógica do Professor.....	17
2.3 A Escola Inclusiva.....	20
2.4 Educação Inclusiva: Contribuições para o Processo de Aprendizagem do aluno autista.....	23
2.5 O Papel do Professor na Educação Física Inclusiva.....	26
3 MARCO METODOLÓGICO.....	36
3.1 Critérios utilizados para Inclusão e Exclusão.....	37
4 MARCO ANALÍTICO.....	36
4.1 Resultados e Discussão.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

É inevitável observar que mundialmente se fala na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino é onde a escola necessita atuar de maneira mais assertiva e cuidadosa diante deste desafio.

Sabemos que a escola é o lugar de interação e formulação de conhecimentos, e que o professor enquanto agente social de transformação é capaz de mediar situações de aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento da criança enquanto ser social dotado de habilidades e competências e contudo estabelecer as relações entre inclusão e Educação Física no contexto escolar é um desafio intrínseco nas relações entre a escola e a demanda social considerando tanto a importância do trabalho da Educação Física quanto o trabalho do professor enquanto mediador de situações de aprendizagem.

No tocante e no contexto social a educação física inclusiva assume um papel de destaque, pois seu trabalho deve estar voltado para questões sociais que estão atreladas ao contexto da educação.

Embora as necessidades especiais na escola sejam amplas e diversificadas, a atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar. Nessa perspectiva, define como aluno portador de necessidades especiais aquele que “por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.” (BRASIL, 1998, p. 24).

Salienta-se que o papel da educação inclusiva está em constante modificação, enfrenta novos desafios e por isso o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais numa era em que as informações e a tecnologia apontam para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos criativos participativos e confiantes de seus direitos e deveres.

Segundo Matos (2008) enquanto a Educação Física deve escapar da mera repetição de movimentos tidos como ideais ou inadequados os movimentos na medida do possível poderão ser descobertos pela criança que em busca de superar um desafio inicial (que pode ser atingir um alvo, tocar um colega, derruba uma lata)

irá, dia após dia superar seus limites .Nessa perspectiva o professor de Educação Física não mais será visto na sua práxis pedagógica, como a única fonte de informação, mas como o mediador, aquele que esclarecerá dúvidas e direcionar o educando ao aprendizado.

Na concepção de Mazzotta (2003) a Educação Inclusiva é a modalidade de ensino que utiliza recursos e serviços educacionais especiais para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, garantindo assim, a educação formal dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente confirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (BRASIL, 1997. p.37)

Sabe-se que confrontar as práticas discriminatórias e tentar superá-las, é um grande passo para que a educação inclusiva possa assumir espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Atualmente a legislação ampara de forma eficaz, a obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças sociais considerando que a educação deve ser de qualidade para todos respeitando a diversidade dos educandos. Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 deve ser garantido o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Neste sentido:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL.1988 Art. 205, CF /88)

Articulados a esses princípios, a educação deve abranger as possibilidades de todas as pessoas, independentemente de sua situação social, econômica e cultural intervir e participar ativamente na construção de políticas educacionais e na gestão das escolas. A forma como estes princípios deverão tornar-se realidade foi regulamentada pela Lei de Diretrizes da Educação Nacional.

Assim destaca-se que no contexto educacional a Educação Física de forma inclusiva deve proporcionar aos alunos autistas uma forma eficaz de aprender buscando superar desafios que em tempos outrora configuravam barreiras tanto para o professor como para os alunos.

A partir dos pontos que foram apresentados inicialmente, é possível de se identificar a justificativa para realização da presente pesquisa. A presença de alunos que apresentam transtorno do espectro autista nas escolas de ensino regular, principalmente nas aulas de educação física, estão cada vez mais frequentes na atual sociedade. Esse fator já é predominante para que haja um número maior de estudos e documentos para que a sociedade e os demais leitores tomem como base para reivindicar seus direitos e saber como atuar em alguns casos.

Demonstrar, de certa forma, a importância do papel do professor e profissional de educação física na inclusão escolar do aluno autista, bem como dos demais que possam apresentar algum tipo de necessidade particular. É preciso fazer com que esse tipo de pesquisa ganhe mais proporção, sobretudo por se tratar de um assunto muito urgente, dando ainda mais justificativa ao conteúdo.

A importância do tema no meio social se dá pela necessidade observada em que a sociedade precisa compreender, além dos direitos que possui um jovem ou criança que apresenta o transtorno do espectro autista, principalmente dentro das escolas. Em seu meio acadêmico, tem por objetivo promover a discussão/exploração das Leis e Decretos que foram referenciados no decorrer do estudo, fazendo com que ela possa ser colocada em prática pelo fato de as pessoas tomarem mais conhecimento com relação aos seus pontos mais básicos.

Quanto ao científico, irá servir como mais uma ferramenta de expansão do estudo em questão, com o intuito de, até certo ponto, orientar os pais ou responsáveis pelos alunos que apresentam necessidades particulares, assim como na forma que as escolas e professores devem atuar diante de tais situações. Ainda assim, sua importância para a Educação Física será a busca de respostas a questionamentos ainda um pouco intrigantes dentro da sociedade, para que as

pessoas possam conhecer um pouco mais do trabalho desses profissionais dentro da escola, não apenas nas práticas escolares e de exercício físico. É preciso demonstrar a importância do papel da Educação Física no desenvolvimento físico e psicológico desses estudantes.

Assim surge a problematização da presente pesquisa: Como a inclusão escolar do aluno autista pode contribuir para uma transformação social. De que forma a Educação Física inclusiva pode contribuir para aprendizagem considerando que a educação é um processo contínuo?

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica realizada tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula para incluir o aluno autista no processo de ensino-aprendizagem. Os objetivos específicos são: discutir as técnicas de inclusão do aluno ensino regular; identificar as formas de tratamento, adaptação e organização da referida escola para atender esses alunos; além de refletir sobre as práticas pedagógicas do professor.

Baseado nessa perspectiva, este trabalho que é de cunho bibliográfico utilizou como base de pesquisa a abordagem qualitativa já que ela contempla os procedimentos metodológicos para fundamentação deste trabalho.

Analisar e compreender as possibilidades que a inclusão escolar pode contribuir de forma eficaz para o processo de ensino e aprendizagem do aluno autista, e conceituar e analisar o significado dela no que se refere à postura pedagógica do professor de forma que garanta uma aprendizagem significativa são os principais objetivos deste trabalho monográfico que tem como o tema a inclusão dos alunos com o transtorno do espectro autista.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Aspectos da Educação Inclusiva

As crianças na escola aprendem modos adequados de usar a linguagem em diferentes contextos, ampliando seu conhecimento linguístico ou aperfeiçoando formas de narrar, de descrever o mundo a sua volta.

É também na escola que emoções e afetos são vividos de forma mais aberta, menos protegida. As iniciativas da inclusão referem-se à reforma do sistema educacional brasileiro a partir da Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), nas quais crianças com necessidades educacionais têm garantida legalmente a matrícula nas escolas públicas regulares. Assim esse contingente da população terá oportunidades educacionais e acesso à educação.

Mas é importante salientar que só acontecerá inclusão e garantia de permanência ao direito à educação se a escola conseguir responder às necessidades educacionais especiais desses alunos, porque não adianta oferecer condições de igualdade para acessar o conhecimento se este não será produtivo.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU),

Ao ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Brasil assumiu o compromisso de assegurar às pessoas com deficiência um sistema educacional inclusivo, por níveis, etapas e modalidades. O artigo 7º, diz: “os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar o pleno exercício de liberdades fundamentais em igualdade de oportunidade com as demais crianças” (ONU, 2006, art. 7º).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, art. 58º), ao tratar do processo de escolarização de pessoas com necessidades educativas especiais, sinaliza que a Educação Especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino. Esse mesmo artigo apresenta, em conjunto aos seus parágrafos e incisos, algumas questões basicamente voltadas à própria Educação Especial, que também acaba devendo ser considerada como inclusiva. Ele apresenta, de forma mais geral e resumida, o que vem a ser entendido como Educação Especial, analisados nos efeitos dessa Lei.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede

regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

A mesma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional entende a Educação Especial como uma modalidade escolar oferecida, a princípio, nas redes de ensino regular, para aqueles educandos que apresentam algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e as altas habilidades. Esse conceito veio a ser apresentado há pouco tempo, sendo produzida a seguinte Lei para que esses alunos pudessem ser e estar assegurados dos seus direitos (BRASIL, 1996).

Na mesma Lei, também pode ser identificado o art. 59, em conjunto aos seus parágrafos e incisos, com novas recomendações e diretrizes a respeito da própria Educação Especial, em complemento ao anterior.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O artigo citado acima demonstra os tipos de direitos a que devem estar assegurados os alunos inseridos na Educação Especial (deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação). Os cinco

parágrafos que seguem apresentam o que as escolas devem fazer para atender de forma igualitária os estudantes. Como exemplos, podem ser citadas as questões referentes ao currículo da instituição, bem como recursos e técnicas para atender aos discentes. Os professores devem ter especialização adequada para trabalhar com esses alunos, sabendo atender da melhor forma (BRASIL, 1996).

A Educação Especial, dessa maneira, deve servir para atender aos seus próprios princípios que foram inicialmente apresentados. É preciso fazer com que todo esse processo educacional resulte na integração e inclusão dos alunos, não apenas no contexto escolar, mas em todo ambiente social. A partir do momento que os estudantes se sentem bem na escola, que é o primeiro grupo de diferentes costumes com quem vive, ele está preparado para a sociedade (BRASIL, 1996).

Assim como a Declaração de Salamanca (1994) documento criado na Espanha aponta as políticas públicas educacionais e que iguala os direitos de todos os indivíduos no que se refere à educação de qualidade independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais.

Os possíveis problemas referentes às experiências de inclusão de alunos ainda precisam ser melhorados porque o modelo de escolas atualmente foi concebido para atender a semelhança e não para o acolhimento das diferenças. Se a escola pretende acolher a diferença. Segundo o que está descrito na Declaração de Salamanca (1994) todas as escolas precisam acolher as crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, acolhendo também as crianças deficientes.

Logo percebe-se que a Declaração de Salamanca (1994) defende o compromisso de educar através da pedagogia da diversidade independente de sua origem social, étnica ou linguística, ou seja, todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Segundo Lunardi (2006) a Educação Especial aparece nesse sistema com o objetivo de diagnosticar e prevenir possíveis casos problemáticos que perturbem a ordem existente e ameacem o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela escola. Assim, às dificuldades devem ser detectadas a priori para serem eliminadas o mais rápido possível.

No que diz respeito à Educação Especial, a Declaração de Salamanca apresenta alguns princípios muito importantes e fundamentais:

2. O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

3. O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais [...]. [...] deveriam incluir crianças deficientes [...], e crianças de outros grupos desvantajosos ou marginalizados.

Logo no início, é possível de se perceber que a Declaração de Salamanca diz muito a respeito da Educação Especial. As crianças, conforme a Declaração e a própria LDB, informa que as crianças com algum tipo de deficiência devem ter o direito de expressar seus desejos relacionados à educação e os pais possuem o direito de serem consultados. Esses direitos devem ser praticados à risca e os pais precisam estar diretamente inseridos nesse contexto (BRASIL, 1994).

Reforçando o que foi apresentado inicialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as escolas devem ter estrutura preparada para receber esses alunos e fazer com que eles se sintam acolhidos da melhor maneira possível. Independentemente da condição física dos estudantes, é preciso fazer com que eles sejam bem recebidos e tratados (BRASIL, 1994).

Uma escola que se intitula inclusiva deve oferecer ao aluno as mesmas oportunidades de acessos educacionais na qual a participação seja marcada pela igualdade entre as pessoas. Para tal deve-se criar um sistema interdisciplinar que favorece a aprendizagem dos sujeitos do processo que todos adotem uma pedagogia de corresponsabilidade entre profissionais nas diversas instâncias educativas.

Os professores têm por obrigação conhecer a fundo as possibilidades e limitações dos seus alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo Sassaki (2004) uma escola é denominada inclusiva quando atende seu alunado atendendo a diversidade conforme estabelecido no documento.

É necessário reinventar as formas de conceber a escola e suas práticas pedagógicas rompendo com os modos lineares do pensar e agir no que se refere à escolarização.” [...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de

acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (BRASIL, 2007, p. 10).

A expressão inclusão não deve ser compreendida como um termo que dicotomiza as pessoas com ou sem deficiência, pois os seres humanos se igualam na diferença refletida nas relações, experiências e interações. Segundo Mantoan (2006) a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas – especialmente as de nível básico -, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada (BREITENBACH; HONNEF; COSTAS, 2016).

Na inclusão escolar o professor é responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação dos alunos com necessidades educacionais especiais com os colegas. Essa integração possibilita, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita. Cada criança é importante para garantir a riqueza do conjunto, sendo desejáveis que na classe regular estivessem presentes todos os tipos de aluno (SANTOS; HAMIDO, 2014).

2.2 Autismo e a Prática Pedagógica do Professor

Existem ainda muitas dificuldades quanto à educação inclusiva, apesar de que muitas delas não se referem exclusivamente aos alunos com necessidades especiais e a inclusão, mas são problemas que existem há um certo tempo devido à estrutura educacional do Brasil.

Do ponto de vista educacional é necessário que o conceito sobre o Autismo seja conhecido por toda comunidade escolar tanto nos espaços internos quanto externos.

Segundo Melo (2007), os transtornos do Espectro do Autismo configuram um grupo específico de muitas condições caracterizado por alterações comportamentais e sociais, que estão relacionadas ao repertório de interesses e atividades restritas e repetitivas, além da estreita comunicação e linguagem. Para esse mesmo autor (2007), o nível intelectual da criança e do adolescente pode variar, desde o comprometimento profundo ou até mesmo uma boa cognição.

Em conformidade a esse conceito, Souza (2019) apud Justus (2019) que o Autismo está totalmente relacionado ao transtorno de desenvolvimento que se caracteriza por desvios tanto na comunicação quanto na interação social com as demais pessoas e que pessoas com autismo apresentam, um distúrbio que pode ser leve ou grave dentro da perspectiva do desenvolvimento humano no que diz respeito a comunicação e interação social.

O Autismo na concepção de Melo (2007) pode se manifestar desde o nascimento estando relacionado às vivências familiares à origem genética. O autor considera que o autismo é uma anormalidade em alguma parte do cérebro não definida de forma conclusiva e de fato pode ter origem genética. É admitido que possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante o período de gestação ou no momento exato do parto.

Do ponto de vista da medicina o diagnóstico precisa ser feito por um médico e em conformidade a esse conceito Melo (2007) ressalta que o diagnóstico de autismo é feito basicamente através da avaliação do quadro clínico. Não existem testes laboratoriais específicos para a detecção do autismo. Por isso, diz que o autismo não apresenta um marcador biológico.

Diante da abrangência e a importância das práticas pedagógicas dos professores na sala de aula, vale salientar que embora a Educação Inclusiva tenha avançado ainda tem grandes desafios, sobretudo em relação à qualidade dos serviços prestados aos alunos autistas.

Para que a inclusão dos alunos autistas se efetive integralmente é necessária a busca e a valorização do ser humano, do respeito às diferenças e da conscientização da sociedade mais justa e humana. É preciso um trabalho conjunto para que todos tenham acesso à comunicação, tanto alunos, quanto professores e demais profissionais.

Para crianças com deficiência uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (Declaração de Salamanca, 1994).

O professor vive num processo permanente e reflexivo de aprendizagem, de crescimento pessoal e profissional, portanto, deve acompanhar os avanços da sociedade, devendo sim, apropriar-se de novas possibilidades de intercâmbio, de

comunicação, de expansão, de crescimento pessoal e profissional num mundo que está em constante evolução.

Acreditamos que é fundamental pensar a escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento de habilidades, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus conhecimentos.

Dessa forma faz-se necessário que o educador procure acompanhar a evolução tecnológica, priorizar a formação continuada para que possa inovar sua prática pedagógica com segurança e agindo de forma criativa contribuindo para a formação do indivíduo em seu contexto social, político e cultural de forma positiva.

De acordo com os PCNs (1998) o mundo vive acelerado desenvolvimento, em que a tecnologia está presente direta ou indiretamente em atividades comuns. E a escola faz parte do mundo, e para cumprir sua função de contribuir para a formação de indivíduos que possam exercer plenamente sua cidadania, participando dos processos de transformação e construção da realidade, deve estar aberta e incorporar novos hábitos, comportamentos, percepções e demandas.

Certamente esses são fatores que influenciam diretamente no processo ensino-aprendizagem, cabendo ao educador atualizar-se e procurar aproximar o educando do contexto social o qual está inserido com propostas interativas com objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando-o a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais e nesse contexto da educação pode-se destacar que

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26)

Assim não basta, porém, apenas oferecer aos alunos o acesso à escola. É necessário ministrar um ensino que seja de qualidade para todos, que atenda às necessidades dos educandos. Em outras palavras, deve existir abertura para um trabalho pedagógico efetivo onde o professor será um mediador.

Portanto, o educador deve ter consciência da importância do seu trabalho para influenciar na formação de jovens que serão os cidadãos do futuro e o exercício dessa profissão requer um planejamento assim como está sempre aberto às críticas construtivas que certamente contribuirão para o crescimento pessoal e profissional e tudo isso aliado a uma busca constante de uma melhor qualificação profissional só fará bem ao processo ensino aprendizagem rumo a uma educação de qualidade e que proporcione melhorias aos estudantes.

2.3 A Escola Inclusiva

A escola é um espaço construtivo do saber que visa à formação social das pessoas, mas seu foco principal é tornar as pessoas mais humanas. Desenvolver as habilidades corporais é fundamental para o desenvolvimento das crianças e suas potencialidades.

Na escola os saberes são compartilhados e uma prática pedagógica voltada para Educação Física de peculiar e interdisciplinar. A escola pública é a escola da maioria, é o lugar onde as pessoas buscam libertação, e o professor neste processo pode contribuir para que esta mudança possa acontecer de forma significativa, porque a sua prática pode fazer a diferença e trazer à tona o que de fato é relevante dentro dos processos educacionais, e como formar cidadãos críticos e politizados.

A escola dá certo quando consegue alcançar e desenvolver todas as potencialidades segundo. Na concepção de Demo (1999), a qualidade na educação pode ser entendida como um conhecimento universalizado e garantido a todos proporcionando espaços onde o indivíduo após sua formação básica, participe do processo de desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade como um todo.

A escola é a instituição por excelência que lida com o conhecimento mais elaborado de que dispomos. Ter acesso a esse conhecimento faz uma grande diferença, principalmente porque está relacionado à representação diferenciada da realidade.

Segundo Mendes (2017) a inclusão no contexto escolar deve garantir a todos os alunos da educação especial a escolarização nas classes regulares tendo o acesso a serviços de apoio complementar que assegurem oportunidades auxiliando

o educando com deficiência na sua preparação para participar como membro ativo da sociedade.

Ainda com base no ponto de vista de Vygotsky (1998) salientamos que o professor precisa compreender que o estudante autista possui um desenvolvimento e um ritmo particular de aprender e muitas vezes precisa de mais ou menos tempo para assimilar os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Para Sassaki (2011), é necessário a capacitação periódica de todos os servidores sobre Educação Inclusiva. Pois a ausência de um apoio pedagógico adequado a essas necessidades especiais pode acarretar a evasão escolar, já que muitas famílias não encontram escolas organizadas e adaptadas para receber todos os alunos e assegurar um atendimento direcionado às suas necessidades.

É possível de se perceber, até certo ponto, a relação que existe entre Libras e o autismo. As crianças que se encontram dentro do espectro autista possuem a comunicação prejudicada e a desenvolvem mais tardiamente. Nesse momento, a língua de sinais pode ser uma ferramenta para auxílio (SOUZA *et al.*, 2019).

Portanto o sucesso do ensino em sala de aula depende da forma como o professor conduz as suas atividades, adequando às necessidades dos alunos. No entanto na Educação Inclusiva, os desafios vivenciados são evidentes, visto que muitos desconhecem a cultura Autista, a escola deve proporcionar suporte e assistência para que o docente tenha uma atuação de qualidade.

Para que a inclusão dos alunos Autistas seja de forma integral é necessário o ensino de Libras para os demais alunos e profissionais da comunidade escolar. A escola inclusiva deve ser a solução para as pessoas com necessidades educativas especiais, uma vez que é a escola a responsável por formar o cidadão. Porém para que a Educação Inclusiva seja realmente efetiva e eficaz, o que se propõe é que se cumpram as leis e que supere alguns desafios enfrentados pela escola e professores.

É no convívio escolar que a criança e jovens aprendem a aprender a pensar logo o papel da escola vai além de mera transmissão de conteúdo. Hoje, o papel da escola é proporcionar a formação intelectual do aluno e ensiná-los a viver com as questões atuais da sociedade. A pessoa com autismo, assim como os demais portadores de necessidades especiais, faz parte da sociedade.

Segundo Szymanski (2001), a escola tem um papel preponderante na contribuição do sujeito, tanto do ponto de vista de seu desenvolvimento pessoal e

emocional, quanto da constituição da identidade, além de sua inscrição futura na sociedade. Logo pode-se destacar que a escola é uma instituição socializadora, que abre seu espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, é dentro da escola que ocorre discussões e o aprendizado de temas atuais são importantes para formação do cidadão.

A Constituição Federal, à qual os PCN estão em consonância, estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade.

Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares".

Neste sentido, a legislação é coerente em determinar a preferência para essa modalidade de atendimento educacional, observando os casos em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento. Neste sentido e segundo Brasil (1996) no que está descrito na LDB (Lei de Diretrizes) a Educação Especial deve ser oferecida na rede regular de ensino para alunos portadores de necessidades especiais.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (Art. 58 LDB 9394/96).

Partindo desse princípio houve um avanço e o amparo das leis educacionais quanto o entendimento sobre as particularidades da Educação Especial em âmbito nacional acreditando que deve ser feita a inclusão de todos os alunos com necessidades especiais em classes do ensino regular, destacando a interação entre todos os educandos sem discriminação. Na verdadeira inclusão é aquela onde a escola deve educar todas as crianças, sem distinção. Deste modo, o processo de inclusão contempla a pedagogia da diversidade humana.

2.4 Educação Inclusiva: Contribuições Para o Processo de Aprendizagem do Aluno Autista

Refletir sobre os desafios da Educação Inclusiva para alunos com necessidades especiais na escola é propor ações que possam impactar positivamente na qualidade da aprendizagem e inserção desses alunos em atividades de cunho esportivo e educativo e a inclusão é uma das maneiras de organizar essa atividade sem distinção de alunos.

Assim, as vivências entre o contexto escolar e a prática dos professores de Educação Física no espaço escolar na perspectiva inclusiva devem estar interligados e conformidade ao desenvolvimento psicossocial dos alunos, traduzindo todas essas questões no cotidiano dos estudantes.

O professor de educação física vive um dos desafios associados à sua prática pedagógica enquanto mediador do conhecimento. Estabelecer as relações entre saúde e práticas educativas no ambiente escolar e nas aulas requer compromisso e agilidade tanto do professor quanto da escola, pois a saúde é condição primordial para a qualidade de vida e uma boa educação.

Atualmente tem se falado muito sobre o conceito de inclusão e necessidades educacionais especiais. É necessário compreender que a educação está voltada para a aceitação das diferenças e na valorização das pessoas, independentes dos fatores físicos e sociais.

Na concepção de Mazzota (2003) a Educação Especial é a modalidade de ensino que utiliza recursos e serviços educacionais especiais para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, garantindo assim, a educação formal dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nesta perspectiva é que se fala em “Inclusão”, proposta de que todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um ambiente que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e as qualidades de todos.

Segundo Brasil (2004) qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças.

Salientamos que confrontar as práticas discriminatórias e tentar superá-las, é um grande passo para que a educação inclusiva possa assumir espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. Isso é mais uma estratégia que deve ser utilizada no trabalho para com os estudantes especiais.

Segundo o que está descrito na Lei de Diretrizes e Bases em Brasil (1998) a inclusão no espaço escolar de forma benéfica constitui uma proposta que representa valores voltados para igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos e nessa perspectiva configura a realidade do país que possui uma cultura educacional ampla e diversificada.

Considerando que o aluno Autista precisa de motivação como estímulo que contribui para aprendizagem, o professor nesse processo inclusivo deve estar atento aos alunos com esse transtorno precisam ser bem assistidos e observados durante o processo de aprendizagem para que a mesma aconteça de forma eficaz.

O acesso ao conhecimento nos conduz às relações que são responsáveis por dada realidade. O conhecimento do processo explica o real é fundamental para desencadear mudanças nesta mesma realidade. Por isso o conhecimento é tão importante.

A função educativa do professor é atuar como um facilitador do processo didático- pedagógico, tendo o esporte como conteúdo desenvolvendo uma Pedagogia que possibilite a esses indivíduos o acesso à cultura esportiva. (VALLE, 2017, p. 68).

Assim o trabalho do professor é mediar para que o aluno Autista possa desenvolver a partir das situações planejadas e sistematizadas para o desenvolvimento da aprendizagem.

Ademais a participação da família é muito importante para a aprendizagem do aluno Autista uma vez que a maior parte do tempo é de convívio dos pais e segundo Mello (2007) a aprendizagem existem técnicas que podem auxiliar na aprendizagem do aluno Autista essas técnicas estão associadas a comunicação, integração social

e interação pois a criança autista tem dificuldade para aprender e utilizar corretamente as palavras contudo a aplicação de estratégias eficazes podem mudar de forma significativa a aprendizagem desses alunos.

No conceito de Vygotsky (1998) o processo de aprendizado levando em consideração o desenvolvimento humano somos primeiros regulados em nossas ações e, ao mesmo tempo, os outros significam as nossas ações nesse sentido o conhecimento é tido como palco de negociações. Seria com a passagem das regulações pelos outros para uma maior autorregulação, dizemos isso porque esse processo é contínuo e, dependendo dos domínios de ação e de conhecimento, estamos sendo sempre regulados pelo contexto social e cultural.

O acesso ao conhecimento historicamente construído socialmente acumulado é fundamental para o desenvolvimento das características propriamente humanas. Ao longo de seu desenvolvimento, o homem passou de um determinismo biológico para um determinado sócio histórico. Assim, o homem é fruto de sua própria história, tem-se, maior ou menor possibilidade de acesso ao conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado. (VYGOTSKY 1998, p.22).

Percebemos que no processo de inclusão muitas são as possibilidades da escola desempenhar no seu espaço de convivência meios eficazes para as boas relações entre saúde e educação.

Destacamos que na inclusão a escola deve educar todas as crianças, sem distinção. Deste modo, o processo de inclusão contempla a pedagogia da diversidade humana. O atendimento educacional especializado ofertado é uma das maneiras de garantir que sejam reconhecidas e compreendidas as particularidades de cada aluno.

O professor de Educação Física não mais será visto na sua práxis pedagógica, como a única fonte de informação, mas como o mediador, aquele que esclarecerá dúvidas e direcionará o educando ao aprendizado.

O Atendimento Educacional Especializado na perspectiva inclusiva vislumbra o reconhecimento do potencial das pessoas com autismo, caracterizando-se essencialmente pela realização das ações específicas sobre os mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem desses alunos. As ações devem estar articuladas às práticas da sala comum, através de metodologias que estimulem a aprendizagem e autonomia do aluno.

A escola inclusiva deve ser a solução para as pessoas com necessidades educativas especiais, uma vez que é a escola a responsável por formar o cidadão. Porém para que a Educação Inclusiva seja realmente efetiva e eficaz, o que se propõe é que se cumpram as leis e que supere alguns desafios enfrentados pela escola e professores.

Existem ainda muitas dificuldades quanto à educação, apesar de que muitas delas não se referem exclusivamente aos alunos com necessidades especiais e a inclusão, mas são problemas que existem há certo tempo devido à estrutura educacional do nosso país como um todo. Nesse sentido, a inclusão desses educandos em classes comuns gera novos desafios, que tendem a somar-se com as dificuldades já existentes do sistema de ensino atual, e, por conseguinte, reafirma a ideia de que a inclusão exige sérias mudanças a fim de melhorar a qualidade da educação, seja para educandos com ou sem necessidades educacionais especiais e até mesmo para o próprio professor. Neste sentido, queremos salientar a necessidade de outras mudanças de paradigmas num contexto histórico de nossa educação.

2.5 O Papel do Professor na Educação Física Inclusiva

O trabalho docente é de grande importância para a transformação da realidade de uma sociedade, pois quando o professor busca por meio de sua prática em sala de aula, desenvolver uma educação libertadora, está estimulando as pessoas a se mobilizarem e a lutarem por seus direitos.

Segundo Freire (1997), a prática pedagógica do professor requer além da pesquisa o respeito aos saberes prévios dos educandos considerando a reflexão crítica sobre a prática no contexto social da escola.

Por esta razão, a postura do docente em sala de aula pode comprometer o tipo de cidadão que se quer ou que se pretende formar e a expansão da tão sonhada educação de qualidade, impedindo uma grande maioria de garantir seus direitos e de se libertar da escravidão que o sistema capitalista impõe sobre a sociedade que sofre com a concepção construída pelos neoliberais.

Para Freire (1997), para ser professor, é necessário: rigorosidade metódica, pesquisa respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar

qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecer e assumir a identidade cultural tendo a consciência que enquanto mediador é preciso buscar ferramentas fundamentais para que na educação infantil as crianças avancem de forma plena, procurando sempre o seu desenvolvimento.

Desta forma, ao se pensar em ser um educador é necessário assumir uma postura política e reflexiva em relação à realidade a qual está inserido, promovendo a construção de uma ideologia que facilite a liberdade de cada ser consciente, sensível e responsável pela edificação de uma nova sociedade a qual não seja alvo do modelo neoliberal e da globalização capitalista que atinge todos os indivíduos transformando-os em meros consumistas, sem emancipação alguma.

Então, a função de um professor é significativa para a libertação do indivíduo enquanto ser social, por que por meio desta é possível sonhar com a concretização de uma educação de qualidade expandida para todos, mas para que isto aconteça, os profissionais de educação precisam vestir a camisa e buscar através de uma prática pedagógica sólida e significativa a consolidação de uma sociedade justa e solidária com igualdade de oportunidades apoiada num ideal de melhores condições de vida e bem estar social.

O professor é peça fundamental na busca de uma educação de qualidade, portanto faz-se necessário compromisso e amor pela profissão. Sendo um professor pesquisador, ativo, atuante e preparado para exercer de forma responsável o seu papel de educador.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos... (FREIRE,1997, p.46)

A prática docente traz consigo muitos significados que precisam ser observados e respeitados, pois é o processo pelo qual tanto o aluno quanto o professor estão trocando e adquirindo conhecimentos. Assim, ao longo da vida vive-se numa constante construção da aprendizagem, tão necessária para construir conhecimentos e adquirir a maturidade para conviver na sociedade.

Sendo assim, nenhuma pessoa consegue escapar do processo educativo, seja com a família, na rua, na igreja, convivemos e compartilhamos a educação. Mas cabe à escola a responsabilidade maior com o processo educacional.

As Escolas devem ser o espaço onde alunos e professores sonham e compartilham seus sonhos, porque sem sonhos comuns não se pode construir um país. Se eu sonho com um país de águas cristalinas e natureza preservada meu sonho pessoal será inútil se não houver muitos que sonhe esse mesmo sonho. Caso contrário, as florestas serão destruídas e as águas serão poluídas. (ALVES, 2003, p. 9).

Assim também funcionam os sonhos por uma escola ideal para os filhos, mas para que ela se torne esse ambiente idealizado é necessária uma unidade entre o corpo docente e o corpo discente da instituição, como também, pais, e comunidade que se tornem parceiros da escola, pessoas que tenham os mesmos sonhos, que sejam capazes de lutarem juntos, por um ideal comum, ou seja, uma escola onde tudo dará certo e os alunos aprendam.

Segundo os PCNs (Brasil, 1998), a Educação Física escolar deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos.

O processo de ensino e aprendizagem em Educação Física, portanto, não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada. (BRASIL, 1998, p.22)

Ressaltamos que a educação é uma preparação para a vida, pois desenvolve nos indivíduos as condições ideais de poder construir seu próprio conhecimento corporal e para isso é necessário se informar sobre o educando, o meio em que vive e, é fundamental atentar para seus conhecimentos prévios bem como motivá-lo e procurar atender suas expectativas.

A Educação Física permite que se vivenciem diferentes práticas corporais advindas das mais diversas manifestações culturais e se enxergue como essa variada combinação de influências está presente na vida cotidiana. As danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado. Além disso, esse conhecimento contribui para a adoção de uma postura não preconceituosa e discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes

grupos étnicos e sociais e às pessoas que dele fazem parte. (BRASIL,1998, p.22)

E para compreender melhor essa mensagem Morin, (2006) afirma: “Aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer constituem aprendizagens indispensáveis que devem ser pesquisadas de forma permanente pela política educacional de todos os países”.

Portanto a aprendizagem, em educação física é um desafio, pois a interação entre corpo, educação e práticas educativas nem sempre é possível, visto que os professores devem estar atentos às potencialidades dos alunos não levando em consideração somente os conceitos aprendidos nas aulas.

O contexto da Educação Física aqui apresentado mostra que a mesma enquanto disciplina escolar passou por um longo processo principalmente na perspectiva de um ensino reflexivo e autônomo é importante salientar que os conteúdos que os professores da área devem trabalhar para desenvolver nos alunos habilidade e competências sejam de ordem conceitual, atitudinal e procedimental, aprofundando assim uma reflexão crítica sobre o que será praticado no decorrer da vida.

A Educação Física escolar pode sistematizar situações de ensino e aprendizagem que garantam aos alunos o acesso a conhecimentos práticos e conceituais. Para isso é necessário mudar a ênfase na aptidão física e no rendimento padronizado que caracterizava a Educação Física, para uma concepção mais abrangente, que contemple todas as dimensões envolvidas em cada prática corporal.

Assim os PCNs em Brasil (1998) enquadram em sua proposta os conteúdos na perspectiva da cultura corporal de movimento, de maneira a considerar as experiências e manifestações apresentadas pela clientela escolar local. Evidenciamos que a prática docente além do conhecimento científico o mesmo em sua prática escolar deve estar alinhado à realidade apresentada, assim essa forma a Escola tem o privilégio de ser o ambiente de transmissão do saber.

É no convívio escolar que a criança e jovens aprendem a aprender a pensar e o educador por sua vez tem a oportunidade de concretizar o seu ideal de contribuir na formação do cidadão, garantindo ao mesmo o acesso e a construção do

conhecimento significativo para a prática de cidadania alinhada ao esporte. Até porque a função social da Escola é garantir aos indivíduos o acesso ao saber.

Nas práticas escolares o ensino de Educação Física é algo de destaque, principalmente pela interação que ela oferece ao aluno em sua vivência cotidiana. O professor deve estar preparado para despertar no aluno o lúdico, e em se tratando da área de esportes poderá desenvolver boas práticas educativas.

Atualmente a legislação ampara de forma eficaz, a obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças sociais considerando que a educação deve ser de qualidade para todos respeitando a diversidade dos educandos.

O atendimento deve ser garantido educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Neste sentido:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p. 24)

Articulados a esse princípio, a educação inclusiva deve abranger as possibilidades de todas as pessoas, independentemente de sua situação social, econômica e cultural, intervir e participar ativamente na construção de políticas educacionais e na gestão das escolas. A forma como estes princípios deverão tornar-se realidade foi regulamentada pela LDB 9394.

Partindo desse princípio houve um avanço e o amparo das leis educacionais quanto o entendimento sobre as particularidades da Educação Especial em âmbito nacional acreditando que deve ser feita a inclusão de todos os alunos com necessidades especiais em classes do ensino regular, destacando a interação entre todos os educandos sem discriminação. Ainda em consonância com a LDB 9394/96 a oferta de educação especial, é um dever constitucional do Estado, que tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Salientamos que o papel da educação inclusiva vem se modificando, enfrentando novos desafios e o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais numa era em que as informações e a tecnologia apontam para a necessidade de se construir uma escola

voltada para a formação de cidadãos criativos participativos e confiantes de seus direitos e deveres.

Assim como todas as profissões acredita-se que são grandes os desafios de ordem social que envolve a profissão do professor. Acredita-se que o exercício da profissão docente envolve a ação de um sujeito que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolam ações rotineiras e decifre realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída.

Quanto ao relacionamento do professor da sala de aula do ensino regular e o professor da sala de recursos, precisa ser de parceria, pois é um fator importante e influenciável no que diz respeito ao processo de aprendizagem do aluno deficiente.

Por sua vez, deverá o professor da sala de recursos participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar, Brasil (2006).

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que tratam sobre a Educação inclusiva em sua essência mostram que é necessário possibilitar aos professores condições e oportunidades para a realização de um trabalho eficaz com os alunos portadores de dificuldades educacionais especiais, e neste sentido requer uma prática para capacitação e especialização destes.

Nessa concepção, e atrelada à concepção histórico-crítica, Saviani (2013), aponta que o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que, ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem.

Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível. (BRASIL, 1998, p. 13).

Nesse sentido, é direcionada a atenção para as ações que cabem aos educadores realizar e inserir na sua prática pedagógica um plano que favoreça a aprendizagem de todos os educandos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de maneira significativa.

Os pressupostos da Educação Especial, bem como da Educação Inclusiva, dizem muito respeito ao fato de que a escola de ser, sempre, aberta a todos os tipos de estudantes. O ambiente em que os alunos devem aprender precisa estar preparado de forma a acolher os estudantes e fazer com que eles aprendam juntos. A separação ou divisão por salas cria, por si sós, a exclusão e discriminação, podendo dificultar ainda mais todo o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo proposto em Souza *et al.* (2019),

A educação física escolar (EF escolar), apesar das recentes discussões, é considerada como componente curricular obrigatório [...] que deve estar integrado à proposta da escola, adequada ao nível de ensino e atender as diferentes especificidades das faixas etárias, bem como às demandas advindas dos alunos com deficiência, apresentando a cultura corporal de movimento como algo abrangente e de caráter acolhedor (p. 218).

Sendo considerado, por Lei, componente curricular obrigatório nas escolas de ensino regular, a Educação Física deve estar sempre presente na vida dos estudantes. O fato de poder existir algum estudante que apresenta qualquer tipo de deficiência ou dificuldade específica já faz com que os professores precisem estar atentos e preparados sobre como lidar com esses alunos, não trabalhando de forma separada, mas em conjunto, para que haja desenvolvimento (SOUZA *et al.*, 2019).

Ainda conforme o próprio Souza *et al.* (2019), o trabalho do professor “[...] não deve se manter refém de uma formação desqualificada, nem se ater ao despreparo da equipe pedagógica” (p. 221). Os mesmos autores complementam o fato de que o próprio professor e toda a equipe pedagógica “[...] devem buscar subsídios que sustentem sua prática. [...] esse preparo [...] visaria oferecer condições para que os alunos desenvolvam suas competências com respeito, dignidade e equiparação [...]” (SOUZA *et al.*, 2019, p. 221).

Dessa forma, ainda segundo Souza *et al.* (2019), “[...] a escola em geral e a Educação Física, em particular, deve buscar maneiras de driblar as barreiras impostas pelo meio, a fim de proporcionar melhores condições na inclusão dos alunos” (p. 221). O papel da Educação Física no ambiente escolar “[...] deve compreender as dificuldades dos alunos e adaptar sua prática de acordo com as mesmas, a fim de promover a independência e autonomia, fazendo o aluno refletir através do movimento” (SOUZA *et al.*, 2019, p. 223).

O professor de Educação Física não mais será visto na sua práxis pedagógica, como a única fonte de informação, mas como o mediador, aquele que esclarecerá dúvidas e direcionará o educando ao aprendizado. Os recursos possibilitam o desenvolvimento de um trabalho eficaz na educação inclusiva.

O trabalho articulado pelo professor de maneira transversal faz com que as atitudes desenvolvidas em diferentes atividades sejam complementares na educação. Trabalhar a educação física inclusiva permite uma visão técnica fundamental ao trabalho do professor.

Para Demo (1997) O professor não deve ser um mero administrador de aulas. Por outro lado, é necessário ressaltar que a pesquisa exige competência do professor. Este deve ter responsabilidade e compromisso de se colocar em uma postura norteadora do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração que sua prática pedagógica em sala de aula tem papel fundamental no desenvolvimento intelectual de seus alunos na educação.

No tocante e no contexto social o professor de educação física assume um papel de destaque, pois seu trabalho deve estar voltado para questões sociais que estão atreladas ao contexto da educação.

No sistema educacional do nosso país ainda não ocorre a inclusão por completo devido às barreiras atitudinais de muitos professores e gestores. Numa escola libertadora, cuja prioridade é a diversidade, a inclusão se legitima porque todos sem distinção de etnia, cultura, orientação sexual e deficiência têm direito à educação.

Para Vasconcelos (2012) a sala de aula deveria espelhar a diversidade humana e não a esconder. Percebemos que diante de uma política educacional que exige a inclusão de alunos com deficiência na modalidade normal de ensino, é preciso que o sistema educacional invista com seriedade na formação inicial e continuada dos profissionais da educação visto que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 1996. O movimento mundial em direção a sistemas educacionais inclusivos indica uma nova visão de educação, que recupera seu caráter democrático através da adoção do compromisso legal com a oferta de educação para todos, na qual a diversidade deve ser entendida e promovida como elemento enriquecedor da aprendizagem e catalisador do desenvolvimento pessoal e social mais as práticas de atividades físicas na escola devem respeitar a particularidades e potencialidades de cada aluno.

Percebemos que é preciso que os professores se desprendam do preconceito, da resistência e da insegurança conseguindo romper as barreiras do preconceito nas atividades esportivas que possibilitem a inclusão de maneira plena respeitando as potencialidades dos alunos com necessidades especiais, pois considerando que todos são iguais sem distinção física é possível incluir os alunos autista nas atividades onde todos possam participar sem discriminação assim a escola juntamente com o professor no desenvolvimento de atividades adequando a prova às necessidades dos alunos e a inclusão é a maneira mais viável de inserir um aluno autista nesse processo educacional tão importante.

No que diz respeito às práticas realizadas pelos profissionais de Educação Física, sempre houve certo preconceito ou receio quanto à inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas práticas de exercícios. Sobretudo em meados dos séculos XIX e XX, as aulas físicas sempre estiveram mais voltadas para a formação de pessoas fortes e saudáveis, buscando a disputa de jogos ou títulos de maior expressão, tratando os indivíduos especiais como excluídos (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Tudo isso, no entanto, mudou bastante nos últimos anos. Principalmente com o advento à Educação Inclusiva, as escolas precisam inserir os estudantes especiais em todos os ambientes, sobretudo externos à sala de aula. Com a inclusão escolar, não se pode mais tratar aqueles alunos especiais de forma diferente, afastando-os dos demais, aplicando práticas diferentes dos outros (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

De acordo com Oliveira *et al.* (2015, p. 3), é apresentada a área da Educação Física Adaptada, que surge nos cursos de graduação, oficialmente “[...] através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação a qual prevê e orienta a atuação do professor de Educação Física para com o portador de deficiência e outras necessidades especiais”. Isso serve para mostrar que os alunos que se encontram com algum tipo de necessidade especial também possuem seus direitos particulares e é preciso estar bastante atento a isso.

Os profissionais da Educação Física, nesses casos, como professores, também possuem papel de grande importância na inclusão de estudantes especiais. Os exercícios podem servir para propor novas oportunidades de movimentos, que são adequadas às características e particularidades que cada criança possui, podendo ser fator primordial para desenvolvimento daquele aluno (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Através da realização de movimentos físicos repetitivos, os alunos podem sentir mais incentivo para desenvolver o seu próprio corpo, além de interagir diretamente com o ambiente em que estão inseridos, podendo se comunicar, expressar seus sentimentos e criatividade. Isso é mais uma forma de fazer com que as práticas inclusivas estejam presentes no ambiente escolar, proporcionando o melhor desenvolvimento aos estudantes (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Ainda assim, de acordo com Oliveira *et al.* (2015), é preciso que o professor de Educação Física tenha total conhecimento a respeito dos alunos com os quais irá trabalhar, “[...] que se pergunte ao aluno a sua opinião acerca do que gosta, do que quer fazer antes de afastá-lo ou excluí-lo de alguma atividade proposto com a intenção de proteção de imaginar que o mesmo não seja capaz de realizar tal tarefa” (p. 4). É preciso interagir bastante com os estudantes, mostrando que eles podem praticar da mesma forma que os outros.

Além disso, também é preciso fazer com que os demais estudantes que não possuem qualquer tipo de necessidade especial compreendam a situação do colega, podendo o ajudar também, ao invés de excluir. A inclusão escolar deve partir de todos e é papel de todas as pessoas que compõem o ambiente escolar, se tornando fator primordial para a evolução dos indivíduos (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

3 MARCO METODOLÓGICO

A escolha da metodologia é a parte que traz a originalidade e a singularidade da pesquisa em questão, pois nenhum método pode ser considerado o melhor ou o mais efetivo, assim a escolha deste se dá porque depende do tipo de problema a ser pesquisado.

A metodologia de um estudo monográfico direciona o pesquisador na busca de respostas sobre o problema levantado na pesquisa e segundo Minayo (2009) a metodologia inclui a teoria abordada com os instrumentos de operacionalização.

Fonseca apud Silveira (2009) relata que na pesquisa bibliográfica é feito um levantamento de referências teóricas já analisadas por meio escritos como livros e artigos científicos onde todo trabalho de caráter científico é iniciado com uma pesquisa bibliográfica, sendo que esta permite ao pesquisador conhecer o assunto. Em conformidade, Severino (2007) afirma que a pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores e documentos impressos.

Assumimos de forma específica a pesquisa de caráter bibliográfico pois ela vem a oferecer meios significativos para obtenção de respostas ao mesmo tempo que contribuiu para fundamentação desse trabalho, ou seja, é caminho que o pesquisador tem para a construção de conhecimentos originada da vida cotidiana dos atores sociais e suas ações no cotidiano, com o intuito de compreender os métodos de investigação.

Compreende-se por uma categoria de pesquisa que nos permite analisar uma unidade em profundidade bem como explorar o fenômeno em toda a sua complexidade Triviños (1994). É nesse contexto de pesquisa que o trabalho abordado se insere, objetivando uma melhor compreensão sobre o tema, pois acreditamos que essa metodologia contribui para o desenvolvimento eficaz desse trabalho monográfico.

Nessa pesquisa foram utilizados livros de alguns autores como Freire (1997), Constituição, Mazzota (2003) Mello (2007) a LDB 9493/96 e outros que possibilitaram a análise bibliográfica de maneira conceitual para o aporte teórico e analítico desta monografia.

A análise documental pode ser dinâmica e sempre que necessária para a consolidação dos resultados esperados. Sendo assim os documentos compõem uma fonte valiosa de informações que fundamentam declarações e afirmações do pesquisador. Aliada a outros métodos, a análise documental possibilita identificar eventuais distorções interpretativas dos dados coletados.

Foi importante também recorrer à leitura detalhada de documentos, pois estes além de ser fonte de pesquisa possibilitaram uma melhor compreensão e explicitação de fenômenos que se mostraram relevantes. Segundo Macedo (2010) os documentos têm a vantagem de serem relativamente estáveis de pesquisa o que facilita o trabalho do pesquisador interessado nos significados das atividades sociais humanas.

Para atendimento aos objetivos inicialmente apresentados, foram utilizadas como fontes as bases de dados Google Acadêmico e SciELO. A pesquisa teve sua realização entre os meses de abril e julho de 2021, sendo efetuada por apenas um pesquisador. Como descritores: inclusão escolar do autista; papel do professor na inclusão escolar; importância do profissional de educação física. Foram utilizados livros e artigos científicos, no idioma português, publicados entre 1946 e 2017, bem como Leis e Decretos relacionados ao tema da pesquisa.

A metodologia escolhida nesta pesquisa em conformidade com os objetivos a serem alcançados buscou caminhos para as respostas relacionadas às inquietações da pesquisa.

3.1 Critérios Utilizados para Inclusão e Exclusão

Nesta pesquisa monográfica realizamos a seleção de livros, Leis da Educação e da Constituição Federal de 1988 e artigo datado do ano de 2019 sendo que este foi incluído pois trata do tema sobre a Educação Física Inclusiva do aluno autista. As fontes pesquisadas além da legitimidade por seus escritores possuem singularidade acerca do tema logo a intenção da escolha desses materiais para o aporte teórico além da reflexão sobre o tema pretendemos formar novos conhecimentos sobre a inclusão do aluno autista na escola regular.

4 MARCO ANALÍTICO

4.1. Resultados e Discussão

O presente capítulo trata da análise e discussão dos resultados que foram obtidos buscando ampliar as várias concepções encontradas na base teórica sobre o tema de estudo neste trabalho.

As questões de investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na realidade, nele encontrando suas razões e objetivos. Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novas referências. (MINAYO, 2009. p.16)

Neste sentido as discussões aqui apresentadas embasam e respondem o questionamento e a inquietação dessa pesquisa. Esta análise partiu do princípio das ideias dos autores que foram citados ao longo de todo trabalho e das fontes de pesquisa bibliográfica estabelecendo uma relação com um parecer coerente acerca da visão conceitual sobre o tema.

A escola é o espaço de compartilhamento de saberes onde todos os envolvidos de certa forma podem contribuir para o processo educativo, e do ponto de vista sobre a escola inclusiva percebemos a grande importância da aplicabilidade do que descrevem as leis de ensino do nosso país a respeito da inclusão.

As iniciativas da inclusão referem-se à reforma do sistema educacional brasileiro a partir da Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), em que a criança com necessidades educacionais tem garantida legalmente a matrícula nas escolas públicas regulares, assim esse contingente da população terá oportunidades educacionais e acesso à educação.

E em conformidade a esse preceito a Declaração de Salamanca (1994) traz ao nosso contexto que todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos.

Podemos destacar que a aprendizagem em uma abordagem mais ampla faz com que a inclusão do aluno autista na escola regular assume nos levar a refletir sobre a importância dos direitos educacionais que devem ser iguais para todos e considerando a análise do artigo de Garozzi et al. (2019), percebe-se que muitos são os desafios do professor de Educação Física no processo de inclusão do aluno autista nas práticas escolares das classes regulares, contudo é algo possível desde que seja respeitado o tempo de aprendizagem desse educandos.

Essas reflexões são importantes para melhor compreendermos as dificuldades e necessidades dos nossos alunos, bem como nossa realidade de trabalho. As novas concepções sobre escola inclusiva e a prática pedagógica são dimensões ainda mais amplas.

A escola deve estar sempre em equilíbrio para direcionar todo o processo educacional e isso requer uma postura reflexiva diante dos desafios e dificuldades apresentadas logo podemos inferir que a inclusão tem ganhado espaço no âmbito escolar ao considerar que todos possuem o mesmo direito à educação.

Percebemos que nos dias atuais é preciso que todos da comunidade escolar estejam envolvidos no processo. No que se refere a inclusão do aluno autista. Para que a Instituição escolar alcance de forma significativa a inclusão do aluno autista é preciso compreender as características desse transtorno que limita de certa forma a vida social por conta da interação limitada.

O aluno Autista tem sua capacidade comunicativa afetada por conta do próprio transtorno o que dificulta interagir com o meio social, contudo é possível que a escola dentro de suas possibilidades e potencialidades possa contribuir para aprendizagem desse aluno.

Na perspectiva de Souza (2019) Apud Justus (2019) o Autismo está relacionado a desvios tanto na comunicação quanto na interação social com as demais e do ponto vista técnico é necessário que a escola saiba lidar com alunos portadores desse transtorno uma vez que esta deve ser um espaço de inclusão.

A educação escolar é uma das maneiras de efetivar a transformação social, pois permite que os cidadãos possam vivenciar melhores condições de vida na sociedade que cresce a cada dia de forma plena. A educação inclusiva na perspectiva coletiva além de abarcar as questões sociais pode garantir mudanças significativas no espaço de convivência.

Em conformidade a esse conceito, Lunardi (2006) afirma que sendo a educação especial é uma das maneiras de prevenir alguns problemas que comprometem os objetivos da escola efetivando a política da inclusão e segundo a Declaração de Salamanca (1994) os pais enquanto parte da comunidade escolar devem ser consultados sobre a melhor adaptação que possa contribuir para educação dos seus filhos.

Portanto podemos inferir que na tomada de decisões para que o trabalho na perspectiva possa avançar é necessário compreender que a inclusão contribui de maneira expressiva para que o processo educacional aconteça como mudança social.

Acreditamos que a aprendizagem em uma abordagem mais ampla faz com que o professor assuma o seu importante papel buscando sempre como e onde ocorre esse processo e como todos os envolvidos crescem significativamente. Essas reflexões são importantes para melhor compreendermos as dificuldades e necessidades dos nossos alunos com necessidades especiais, bem como nossa realidade de trabalho.

As novas concepções sobre o ensino e os desafios que o professor enquanto mediador no processo de inclusão percebe atualmente na sua prática pedagógica, são dimensões ainda mais amplas, pois vimos na educação inclusiva a aprendizagem é uma das metas a serem alcançadas. Dessa forma, o professor precisa ser criativo e possibilitar momentos em que o educando possa construir conhecimento, sem esquecer-se de que não é o detentor do saber e sim um mediador e deve agir como tal.

Do ponto de vista de Vygotsky (1998), o aprendizado geralmente precede o desenvolvimento e a criança adquire hábitos e habilidades numa área específica, antes de aprender a aplicá-los consciente e deliberadamente. Para Valle (2017) a função educativa do professor é atuar como um facilitador do processo didático-pedagógico.

A aprendizagem do aluno Autista deve ser permeada por estratégias didáticas criativas e a participação da família no cotidiano para que possam contribuir para o seu aprendizado e em conformidade Mello (2007) faz referência que esse processo de aprendizagem precisa de algumas técnicas associadas tanto a comunicação como também a interação pois o acesso ao conhecimento nos conduz às relações que são responsáveis por uma realidade.

O professor é fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos alunos visto que ele conduz parte do processo educativo. O trabalho docente é de grande importância para a transformação da realidade de uma sociedade, pois quando o professor busca por meio de sua prática em sala de aula, desenvolver uma educação libertadora.

Muitos educadores acreditam que devem receber a preparação para trabalhar com estudantes com deficiência a partir de uma formação profissional que dê a ele autonomia para atuar. Mas também, se verifica que tais processos de formação só podem adquirir sentido, na medida em que se articula com os saberes que os educadores desenvolvem, tendo em vista as suas histórias de vida individual, as suas relações com a sociedade, com a instituição escolar, e todos os fatores ligados a escolas sendo que estes podem ser externos e internos.

No campo da inclusão o professor vive num processo permanente e reflexivo de aprendizagem, de crescimento pessoal e profissional, portanto, deve acompanhar os avanços da sociedade numa perspectiva igualitária onde todos os alunos possuem os mesmos direitos numa sociedade que cresce consideravelmente.

Na inclusão dos alunos especiais o professor enquanto mediador das situações geradoras de aprendizagem precisa buscar metodologias pautadas nas especificidades dos alunos buscando incluí-lo no processo de interação com toda classe.

Podemos ressaltar que muitos educadores acreditam que devem receber a preparação para trabalhar com educação inclusiva precisa-se de uma formação profissional que ofereça a ele autonomia para atuar.

Contudo podemos destacar que na medida em que se articula com a prática em sala de aula pode desenvolver um trabalho com êxito. Segundo Freire (1997) destaca que o professor precisa lidar com o novo de forma construtiva refletindo de forma crítica e ao mesmo tempo assumindo uma postura ética para o exercício de sua profissão.

Percebemos que contribuir para a educação do aluno Autista é fundamental no processo inclusivo de salas de aula com essa realidade e o professor precisa estar atento à realidade dos seus alunos acolhendo a todos sem distinção e independente na necessidade especial que alguns dos alunos possam ter é fundamental trabalhar com o princípio da igualdade.

Tendo em vista também a importância de ter um ambiente educacional estimulador para o aluno Autista, o professor precisa possibilitar a exploração da capacidade e desafio do pensamento, proporcionando assim o desenvolvimento dos processos perceptivos, cognitivos e linguísticos deles.

É inevitável repensar algumas questões sociais ligadas às inclusões e a educação, onde os educadores e os educandos em vista de um paradigma que precisa de reflexão crítica sobre a importância do bem-estar social atrelado a qualidade de vida e a educação dos indivíduos.

A inclusão enquanto prática social numa perspectiva libertária conduz os indivíduos a uma melhor qualidade de vida. É preciso o aperfeiçoamento de políticas públicas e criação de ambientes inclusivos também nos espaços externos à escola que possam atender a demanda social da população das famílias com alunos com deficiência.

Podemos inferir que essa análise contribui de forma significativa para formação do professor de Educação Física no contexto da inclusão do aluno Autista pois considerando que a educação é um processo de interação que busca combater as desigualdades é preciso que o educador tenha uma visão ampla sobre o contexto vivido pelos alunos com o transtorno autista em que eles precisam de atenção, respeito para que possam aprender de forma significativa.

É possível considerarmos que na realidade atual muitos ainda são os desafios para que a inclusão ocorra de forma eficaz envolvendo todos da comunidade escolar, mas podemos perceber que de forma gradativa esse processo pode ocorrer contribuindo para igualdade do aluno autista na escola e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é aquela onde a escola deve educar todas as crianças, sem distinção. Deste modo, o processo de inclusão contempla a pedagogia da diversidade humana. O atendimento educacional especializado ofertado é uma das maneiras de garantir que sejam reconhecidas e compreendidas as particularidades de cada aluno. Os resultados da pesquisa indicam que estamos caminhando para uma educação de qualidade, mas ainda existem muitas questões a serem superadas.

O Atendimento Educacional Especializado na perspectiva inclusiva, vislumbra o reconhecimento do potencial das pessoas com autismo, caracterizando-se essencialmente pela realização das ações específicas sobre os mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem desses alunos. As ações devem estar articuladas às práticas da sala comum, através de metodologias que estimulem a aprendizagem e autonomia do aluno.

É necessário trabalhar em conjunto com toda sociedade com o desejo de oferecer uma educação capaz de transformar sua realidade, construindo uma sociedade onde caibam todos.

Neste sentido a perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização e adequação do ensino.

Enfrentar esse desafio é umas das condições essenciais para atender à expectativa de democratização da educação em nosso país e às aspirações de quantos almejam o seu desenvolvimento e progresso.

Cabe também a implementação de um currículo que atenda a demanda escolar, é necessário que a escola associe o mesmo a sua identidade bem como sua organização e funcionamento.

Percebe-se que a oferta do ensino inclusivo que visa à melhoria no processo ensino-aprendizagem precisa ser revista começando pela estrutura organizacional passando pelas transformações de estrutura física, aquisição de recursos materiais, capacitações dos profissionais da rede e incorporação das famílias nos projetos educacionais.

Refletir sobre o processo de inclusão de alunos autistas na escola regular é imprescindível porque só terá educação igualitária e de qualidade quando todos os organismos sociais propuseram ações concretas capazes de modificar mentalidades e promover cidadania.

Mas é importante salientar que só acontecerá inclusão e garantia de permanência ao direito à educação se a escola conseguir responder às necessidades educacionais especiais desses alunos, porque não adianta oferecer condições de igualdade para acessar o conhecimento se este não será produtivo.

O professor vive num processo permanente e reflexivo de aprendizagem, de crescimento pessoal e profissional, portanto, deve acompanhar os avanços da

sociedade, devendo sim, apropriar-se de novas possibilidades de intercâmbio, de comunicação, de expansão, de crescimento pessoal e profissional num mundo que está em constante evolução.

Cada vez mais surge o interesse por essa modalidade que incentiva o trabalho letivo e interativo. Nesse cenário a escola ocupa um papel privilegiado, pois ela é um espaço de interação e convivência onde todos os dias pessoas de diferentes personalidades buscam um interesse comum.

Uma escola que se intitula inclusiva deve oferecer ao aluno as mesmas oportunidades de acessos educacionais onde a participação seja marcada pela igualdade entre as pessoas. Criar um sistema interdisciplinar que favorece a aprendizagem dos sujeitos do processo adotando uma pedagogia de corresponsabilidade entre profissionais nas diversas instâncias educativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Espanha, Brasília, MEC, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Adaptações Curriculares Estratégias Para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Adaptações Curriculares Estratégias Para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**: a Escola. Brasília: MEC. 2004.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, pp. 359-379, abr./jun. 2016.

DEMO, P. O Desafio de Educar pela Pesquisa na educação básica. In: **Educação pela Pesquisa**, 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários a prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1997.

GAROZZI, Gabriel Vigiai; PEROVANO, Maycon de Oliveira; CHICON, José Francisco. **Inclusão de uma criança com autismo**: estratégias de ensino nas aulas de educação física. Espírito Santo, Volume 1, 15, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNARDI, M. L. **Gerenciar o risco, garantir a segurança e anormalidade**: tríade da Educação Especial. Perspectiva, Florianópolis: Editora UFSC, v. 24, edição especial, pp. 177-193, 2006.

MACEDO, Roberto Sidinei; MACEDO, Roberto A. **Crítica e Multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação**. Salvador, UFBA, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas Públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MELLO, Ana Maria S. **Autismo**: Guia. 6. ed. São Paulo: Editora Vatauvuk, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jane Sawaya. Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, Brasília/DF, UNESCO, 2001.

OLIVEIRA, Flávio Alves. *et al.* O papel do professor de Educação Física na inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar. **EFDesportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 20, nº 203, abril de 2015.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Joel; HAMIDO, Gracinda. Educação inclusiva, vinte anos depois da Declaração de Salamanca. **Interacções**, no. 33, pp. 1-9, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Educação Inclusiva**: barreiras e soluções. Diversa: Educação Inclusiva na Prática, 2011.

SILVEIRA, Denise Tolo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Sabrina de; DUEK, Viviane Preichard; BENITES, Larissa Cerignoni. O trabalho do professor de educação física com o aluno com deficiência no ensino regular. **CEFE – Caderno de Educação Física e Esporte**, Physical Education and Sport Journal, v. 17, n. 1, pp. 217-226, 2019.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2001.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Celso S. **Para onde vai o professor?** Resgate de transformação. 2. ed. São Paulo: Libertad. 1946.

VALLE, Paulo Heraldo Costa do. **Atividade Física, lazer e saúde**. Londrina. Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2017.

VYGOTSKY, Lev. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

	Lopes, Rosane Ferreira, 1986.
	Título do trabalho: A inclusão dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista nas aulas de Educação Física/Rosane Ferreira Lopes. - Senhor do Bonfim, 2021.
	47 f.:il.
	Orientadora: Profª Drª Larissa Oliveira Guimarães.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade Ages, Senhor do Bonfim, 2021.
	1. Transtorno do Espectro Autista. 2. Educação Física. 3. Educação Inclusiva I. Título. II. Faculdade Ages